

CADERNOS DO CHDD

ANO 16 • NÚMERO 31 • SEGUNDO SEMESTRE 2017



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

ARGENTINA,
PRIMEIRO PAÍS A RECONHECER
A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Rodrigo Wiese Randig



Argentina, primeiro país a reconhecer a independência do Brasil

Rodrigo Wiese Randig¹

Em seus mapas e relatórios, a Organização das Nações Unidas demonstra reconhecer como soberanos, além de seus 193 países – membros, dois países observadores e outros dois países – não membros.² Participa ainda, como observadora permanente da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Ordem Soberana e Militar de Malta.³ Desses 198 atores internacionais que se proclamam soberanos e que parecem ser assim reconhecidos pela ONU, apenas um mantém, hoje, relações diplomáticas com todos os demais: o Brasil.⁴

Ao atual universalismo das relações internacionais e diplomáticas do Brasil opõe-se à situação de isolamento em que se encontrava o país nos meses que se seguiram à Proclamação da Independência, em 1822.

Tendo sido alçado, em 1815, à categoria de Reino Unido a Portugal

- 1 Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, é diplomata de carreira desde 2010, e se serve deste espaço para registrar seu agradecimento ao embaixador do Brasil na Argentina, Sérgio França Danese, pelo apoio dado à publicação deste artigo.
- 2 Dado de janeiro de 2018. Além de seus 193 países membros, a ONU reconhece como países observadores a Santa Sé (soberana sobre o Estado da cidade do Vaticano) e o Estado da Palestina, e como países – não membros Niue e Ilhas Cook; é o que se observa nos mapas-múndi da Organização (<http://www.un.org/en/decolonization/pdf/worldtoday.pdf>) ou em seus relatórios populacionais estatísticos, como o disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/policy/WPP2013/Chapters/i_Ch_1%20Introduction.pdf, no qual se lê: “[This report] provides an overview of population policies and related population indicators for all 193 Member States, two Observer States (the Holy See and the State of Palestine) and two non-member States (Niue and Cook Islands) of the United Nations”. O reconhecimento pela ONU da soberania desses países (Vaticano, Palestina, Niue e Ilhas Cook) pode ser constatado ainda pelo fato de que, apesar de não serem membros da ONU, são convidados a participar nas conferências das Nações Unidas feitas no formato “all States” (abertas a todos os Estados soberanos, não apenas a países – membros) e podem aderir a convenções multilaterais da ONU como países signatários.
- 3 Resolução A/RES/48/265, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 24/08/1994.
- 4 Para essa constatação bastou o cruzamento das listas de relações diplomáticas de alguns dos países que declaradamente não têm relações diplomáticas universais, como o Reino do Butão, o Estado de Israel, o Estado da Palestina, Niue e Palau. Em que pese esse cruzamento já ter identificado o Brasil e a Índia como únicos elementos de intercessão entre todas as listas, seguiu-se uma reverificação país a país, que ao fim confirmou que, dos membros da ONU, apenas o Brasil e a Índia mantêm relações diplomáticas com todos os demais países reconhecidos pela Organização (os 193 países – membros, a Santa Sé, o Estado da Palestina, as Ilhas Cook e Niue). A Índia, porém, diferentemente do Brasil, não mantém relações diplomáticas com a Ordem de Malta.

e Algarves, o Brasil já contava, antes mesmo da proclamação de sua independência, com agentes consulares próprios no exterior. Proclamada a separação, viram-se esses enviados brasileiros num limbo jurídico, passando a representar, em nações estrangeiras, um governo que não era por elas reconhecido. O reconhecimento internacional da independência foi o primeiro objetivo da então nascente diplomacia brasileira.

A historiografia nacional tradicionalmente atribuiu aos Estados Unidos da América o papel de primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. Na introdução do *Arquivo Diplomático da Independência*, publicado pelo Itamaraty em 1922, em comemoração ao centenário da independência, lê-se que “[o]s Estados Unidos da América foram o primeiro e único país que se antecipou a reconhecer a independência do Brasil antes que o fizesse Portugal”.⁵

Em 1989, porém, o historiador e embaixador brasileiro Alberto da Costa e Silva revelou que o Brasil obtivera ao menos um reconhecimento diplomático além do dos Estados Unidos, ocorrido em maio de 1824, antes de ser reconhecido por Portugal, em agosto de 1825. Costa e Silva relatou ter encontrado, em arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, texto de 4 de dezembro de 1824, referente à chegada ao Rio de Janeiro, em data anterior àquela, de um embaixador do Império do Benim, que teria vindo officiar a dom Pedro, em nome do imperador africano, o reconhecimento da independência do Brasil.⁶

Concluiu Costa e Silva, com a descoberta, que o imperador do Benim e seu vassalo, o rei de Lagos – em cujo nome também se teria feito o reconhecimento – teriam sido, assim, os primeiros soberanos a reconhecer o Brasil – qualificativo com que excluía governos presidencialistas, como o dos Estados Unidos.⁷

Em 2005, Costa e Silva revelou nova descoberta de documento ainda anterior, datado de 31 de julho de 1824, que também mencionava

5 BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (1922). *Arquivo Diplomático da Independência*. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense. Introdução, por Artur Lyra.

6 Silva, Alberto da Costa e (1989). *O vício da África e outros vícios* (Lisboa: Sá da Costa), p. 26. Em *Um rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África* (2003), Nova Fronteira, capítulo I, Costa e Silva afirma: “Sabemos com certeza – pois existe no Arquivo Nacional brasileiro documento em que se registra, em 4 de dezembro de 1824, a nomeação do secretário de sua embaixada – que esteve no Rio de Janeiro, para officiar a dom Pedro I o reconhecimento da independência do Brasil [por parte do imperador do Benim e rei Ajan e os mais reis de África].”

7 Por “Benim” refere-se, aqui, ao Império do Benim. Como se analisará posteriormente, apesar de homônimos, o antigo Império do Benim (na atual Nigéria) não corresponde à atual República do Benim (antigo Reino do Daomé).

a oficialização do reconhecimento do Brasil pelo Benim em data anterior àquela, o que aumentava a probabilidade de o reconhecimento pelo imperador africano ter antecedido o reconhecimento pelos EUA, ocorrido em 26 de maio de 1824.⁸

Não afirmou aquele autor, porém, que o reconhecimento africano tivesse antecedido o norte-americano. Ainda assim, possivelmente por ter-se mal compreendido a afirmação de Costa e Silva, diferentes meios desde então repercutiram a informação – incorreta – de que o Benim teria reconhecido o Brasil antes que o tivessem feito os Estados Unidos.⁹

Em busca de fontes primárias acerca dessa missão diplomática beninense que pudessem confirmar a data de sua chegada ao Rio de Janeiro, de modo a elucidar se esta ocorrera antes ou depois do reconhecimento pelos Estados Unidos, localizei, no Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro, manuscritos originais referentes a essa primeira embaixada do Benim no Brasil.

Trata-se das notas enviadas pelo secretário da embaixada do Benim à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, bem como cópia das respostas do chanceler brasileiro, que comprovam que o embaixador africano chegou ao Rio de Janeiro no dia 1º de julho de 1824, vindo a ser recebido por dom Pedro I em 20 de julho – mais de um mês, portanto, após o reconhecimento da independência brasileira pelos Estados Unidos da América, em 26 de maio de 1824.

Ademais de dirimir a dúvida que havia na historiografia quanto a qual dos dois reconhecimentos se teria dado antes – o do Benim, ou o dos Estados Unidos –, a pesquisa feita às primeiras comunicações oficiais recebidas e expedidas pela diplomacia do Brasil independente acabou por revelar indícios de que o primeiro reconhecimento expresso da independência do Brasil podia ter vindo, antes do que dos Estados Unidos ou do Benim, da vizinha Argentina – à época, Províncias Unidas do Rio da Prata.

A ideia já fora aventada em 1949 por Oscar Bastiani Pinto, para quem o fato de o governo argentino ter aceitado que o agente brasileiro em Buenos Aires, Correa da Câmara, passasse a usar na frente de sua residência os novos símbolos nacionais, em outubro de 1822,

8 Silva, Alberto da Costa e. “Cartas de um embaixador de Onim”. *Cadernos do CHDD*. Brasília: Funag, 2005, pp. 197-205.

9 Veja-se, por exemplo, esta coluna da Folha de S.Paulo, de 1º de agosto de 2004: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0108200421.htm>.

seria prova de reconhecimento, ainda que tácito, do novo Estado.¹⁰ A análise da documentação acerca desse episódio, disponível no Arquivo Histórico do Itamaraty, não deixa dúvida, porém, quanto a não ter havido, na ocasião, reconhecimento da independência ou do Império. Como se verá adiante, a comunicação feita por Correa da Câmara acerca dos novos símbolos não foi precedida nem acompanhada de comunicação referente à proclamação da independência, feita apenas posteriormente; a resposta argentina, protocolar, não dava ao agente brasileiro, ou às novas bandeiras e armas brasileiras, tratamento diferente do que já era dado ao agente e aos símbolos brasileiros desde o início da missão de Correa da Câmara em Buenos Aires, ainda antes da independência. O Brasil já dispunha de bandeira e armas próprias desde 1816, devidamente reconhecidas no exterior, sem que isso implicasse reconhecimento de soberania.

A análise da correspondência diplomática entre Brasil e Argentina guardada no Arquivo Histórico do Itamaraty deixa claro que o governo argentino se recusou a reconhecer a independência do Brasil em 1822, mesmo após esta lhe ter sido oficialmente comunicada. Ao contrário do que especulou Bastiani Pinto, a missão de Correa da Câmara a Buenos Aires chegou a seu fim, no início de 1823, sem ter obtido dos argentinos o reconhecimento da independência do Brasil.

Ainda assim, a pesquisa aos registros dos primeiros contatos oficiais do Império com Buenos Aires deu azo à impressão de não se encontrar ali a totalidade das comunicações trocadas entre os dois governos no período – o que se reflete mesmo nas cronologias do relacionamento Brasil-Argentina, que em geral saltam da missão de Correa da Câmara a Buenos Aires, em 1822, quase diretamente para 1825, quando os dois países romperam relações bilaterais ao entrarem em guerra pela Cisplatina.

Em entrevista com o diplomata e historiador Eugênio Vargas Garcia, autor da obra de referência em cronologia das relações internacionais do Brasil,¹¹ este reiterou recomendação feita em obra pelo também diplomata e historiador João Alfredo dos Anjos Júnior – para quem “seria interessante a realização de estudo mais aprofundado

10 PINTO, Oscar Bastiani. José Bonifácio, propugnador da União das Nações Americanas. In: *Anais do IV Congresso de História Nacional. V.XIII*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950 *apud* ANJOS JÚNIOR, João Alfredo dos. *José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2008

11 GARCIA, Eugênio Vargas *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega: 2008

sobre as relações argentino-brasileiras no biênio 1821-1822, especialmente no segundo semestre de 1822”.¹²

Como visto, a pesquisa à documentação referente ao segundo semestre de 1822 revelou que, embora tenha tentado obter o reconhecimento de Buenos Aires, a missão brasileira chefiada por Correa da Câmara não obteve reconhecimento, tácito ou expreso, das autoridades argentinas.

Ainda assim, a falta de menções a quando o relacionamento rompido em 1825 se teria iniciado fez supor necessário buscar em arquivos argentinos registros das comunicações de lá expedidas a partir de 1823, que poderiam atestar em que momento teria ocorrido o reconhecimento, ainda que tácito e implícito, da independência brasileira.

A pesquisa aos arquivos argentinos acabou por provar-se bem-sucedida: mais que evidências de um reconhecimento tácito ou implícito, encontrei documento de junho de 1823, em que o ministro argentino de Relações Exteriores, Bernardino Rivadavia, oficializa explícita e formalmente ao então ministro das Relações Exteriores brasileiro o reconhecimento da independência do Brasil.

A referida comunicação é a mais importante das que se passam a transcrever a seguir, que atestam que, antes mesmo dos Estados Unidos da América – ou do Benim, ou de qualquer outro país –, veio de Buenos Aires o primeiro reconhecimento diplomático da independência do Brasil.

O reconhecimento por Buenos Aires

À data do grito do Ipiranga, já residia em Buenos Aires – como também em Paris e em Londres – um cônsul do reino do Brasil. Esses agentes brasileiros no exterior reportavam-se à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro (como hoje o fazem à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília), e dela recebiam instruções e relatos sobre a política interior do Brasil.

Uma análise contemporânea das comunicações do governo brasileiro com seus agentes no exterior nos dias e meses que antecederam e que se seguiram à independência dá ensejo à reavaliação de concepções hoje tidas como canônicas acerca do processo de independência do Brasil – entre as quais mesmo a importância específica da data de 7 de setembro de 1822 e dos acontecimentos nesse dia ocorridos.

12 ANJOS JÚNIOR, João Alfredo dos. *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*. Brasília: Funag, 2008.

Ao contrário do que faria supor a importância hoje atribuída à efeméride, o dia 7 de setembro e o chamado “grito do Ipiranga” não chegam sequer a figurar nas comunicações enviadas aos agentes brasileiros no exterior.

Já um mês antes, em 6 de agosto de 1822, dom Pedro fizera publicar o “Manifesto às Nações Amigas”, em que afirmava aos governos estrangeiros que o reino do Brasil já então “se considera tão livre quanto o reino de Portugal”, e que já passara a “proclamar solenemente a sua independência”.

Em contraste, não se parece ter julgado o grito do Ipiranga relevante o suficiente para ser comunicado aos agentes que representavam o Brasil no exterior. Hoje se sabe, com efeito, que mesmo duas semanas após o ato não tinha ainda claro dom Pedro se a já proclamada “independência” pressuporia rompimento total com Portugal; em carta ao pai em 22 de setembro de 1822, duas semanas após o grito, ainda se intitulava “príncipe regente do reino do Brasil” e afirmava que o povo brasileiro continuava a respeitar a “autoridade real” de dom João.¹³

O verdadeiro ponto de inflexão, que marcou o rompimento formal com Portugal – e que foi dessa forma comunicado aos agentes brasileiros no exterior – foi a aclamação de dom Pedro como imperador, com a simultânea elevação do Brasil à condição de Império, em 12 de outubro de 1822.

Em 18 de outubro, escreveu José Bonifácio de Andrada e Silva, primeiro chanceler do Brasil, ao cônsul brasileiro em Buenos Aires, Antonio Manoel Correa da Câmara:¹⁴

A estreiteza do tempo apenas me dá lugar para comunicar a Vossa Mercê o mais importante e majestoso acontecimento que acaba de ocorrer nesta capital. Os povos sensíveis aos grandes benefícios que deviam ao Seu Magnânimo e Augusto Defensor Perpétuo o aclamaram legal e solenemente, no glorioso dia 12 de outubro corrente, Imperador Constitucional do Brasil.¹⁵

13 Carta de dom Pedro a dom João VI de 22 de setembro de 1822.

14 Antonio Manuel Correa da Câmara fora enviado do Rio de Janeiro a Buenos Aires em maio de 1822, para assumir o cargo de cônsul, vago pelo óbito de João Manuel de Figueiredo. Uma vez entregue a Bernardino Rivadavia, em 1º de agosto de 1822, a carta patente que o designava, recebeu Correa da Câmara nesse mesmo dia autorização de Rivadavia para passar a exercer oficialmente a função de “cônsul agente mercantil del Reino de Brasil en Buenos Aires”.

15 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES *Arquivo Diplomático da Independência*. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense, 1922 Representação brasileira no Prata – Correspondência Recebida, pág. 245.

Recebida a mensagem de José Bonifácio, enviou Correa da Câmara, em 7 de novembro, nota a Bernardino Rivadavia – ministro de Governo e de Relações Exteriores de Buenos Aires –, encaminhando os desenhos dos novos símbolos (escudo de armas e tope) do Brasil.

No dia seguinte, Correa da Câmara escreveu a José Bonifácio, informando ter retirado, da frente de sua residência oficial, as antigas armas consulares.¹⁶ Um dia depois, assim respondeu a Correa da Câmara o chanceler argentino Bernardino Rivadavia, protocolarmente:

Nº 177

Al Cónsul del Brasil, [se informa] que en consecuencia del decreto que acompaña se ha mandado reconocer las armas y el pabellón del Brasil

Buenos Aires, 9 de noviembre de 1822

El Ministro ha instruido a su Gobierno del decreto expedido por S. A. R. el Príncipe Regente, que el Ilustrísimo Señor Cónsul Agente Comercial le acompaña con su nota del n. 13, y es de su deber comunicarle que en consecuencia de dicho decreto ha mandado reconocer como corresponde las armas y el pabellón del Brasil.

El Ministro saluda de nuevo con su particular consideración al Ilustrísimo Señor Cónsul Agente del Brasil.

*Bernardino Rivadavia*¹⁷

Al Ilustrísimo Señor Cónsul Agente Comercial del Brasil

Em 1949, o autor Oscar Bastiani Pinto chegaria a afirmar, com base nessa resposta de Rivadavia – devidamente guardada nos arquivos do Itamaraty – que, “[a]o proceder desse modo, reconhecia o [governo argentino], tacitamente, o Império do Brasil”¹⁸.

16 Idem. Representação brasileira no Prata – Correspondência Expedida, p. 270.

17 ARGENTINA *Documentos para la Historia Argentina, tomo XIV, Correspondencias generales (1820-1824)*. Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, 1921. Nota nº 177, pág. 157.

18 PINTO, Oscar Bastiani. José Bonifácio, propugnador da União das Nações Americanas. In: Anais do IV Congresso de História Nacional. Volume XIII, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950 *apud* ANJOS JÚNIOR, João Alfredo dos. *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*. Brasília: Funag, 2008

A suposição de Bastiani – trazida à luz por João Alfredo dos Anjos Júnior, em 2008 –¹⁹ de que um reconhecimento implícito poder-se-ia ter dado já em 1822, por meio da resposta de Rivadavia de aceitação dos novos desenhos de bandeira e armas brasileiros, não se sustenta à luz da análise da documentação referente ao episódio.

Em primeiro lugar, a nota de Correa da Câmara que transmitira os novos desenhos de bandeira e armas, a que Rivadavia respondera, sequer informava ainda que o Brasil se tivesse declarado independente ou que se tivesse constituído em Império. A resposta de Rivadavia – e o reconhecimento de novas bandeira e armas – eram condizentes, simplesmente, com o tratamento que Buenos Aires já vinha dando ao Brasil desde 1815, como Reino Unido a Portugal e Algarves.

Em segundo lugar, o reconhecimento internacional de símbolos brasileiros já se fazia desde 1816, quando, na sequência da elevação, no ano anterior, do Brasil à condição de reino, se haviam instituído bandeira e armas próprios brasileiros.²⁰ O mero reconhecimento dos desenhos de armas e pavilhão brasileiros – de que se fez uso a partir de outubro de 1822 não apenas em Buenos Aires, mas, até onde se sabe, igualmente em Londres e Paris, cidades onde também residiam agentes brasileiros no momento da independência – não significa que Argentina, Grã-Bretanha ou França tenham reconhecido a independência do Brasil em outubro de 1822. Do mesmo modo que até hoje o Brasil e demais países reconhecem símbolos oficiais de certos entes que não têm sua soberania por eles reconhecida, a simples substituição dos desenhos de armas e pavilhão brasileiros não afetava o tipo de reconhecimento conferido por aqueles governos ao Brasil.²¹

Com efeito, apenas um dia após ter transmitido os desenhos da nova bandeira e armas nacionais ao governo argentino, Correa da Câmara

19 ANJOS JÚNIOR, João Alfredo dos. *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*. Brasília: Funag, 2008, p. 118.

20 BRASIL. Nota de Lei de 13/5/1816, Palácio do Rio de Janeiro. Publicada na Gazeta de Lisboa, nº 1 de 1817.

21 A possibilidade da Argentina, ou qualquer outro país, reconhecer o pavilhão e o escudo de armas brasileiros sem reconhecer a independência do Brasil encontra paralelo na prática seguida pelo próprio Brasil e por demais países ainda hoje, que, por exemplo, sediam escritórios consulares e políticos do Quebec, e para tanto reconhecem “como corresponde” a bandeira e o escudo de armas quebequenses, sem que isso signifique reconhecerem a independência da província canadense. Também o próprio Brasil, como, aliás, a maioria dos países – membros da ONU, reconhece como documentos de viagens válidos os passaportes emitidos por Taiwan e pelo Kosovo, sem que isso implique reconhecimento diplomático ou oficial das autoridades que os emitem ou dos Estados que dizem representar.

enviaria uma segunda nota, pela qual informava que, em 12 de outubro último, “o povo independente do Brasil” proclamara o até então príncipe regente “Imperador Constitucional do Império do Brasil”. Concomitantemente anunciava, assim, a “elevação do Brasil à categoria de Império”.

A resposta de Rivadavia, acima transcrita, porém, não por acaso mantinha a dom Pedro o tratamento de “Su Alteza Real, el príncipe regente” – contrariando, portanto, a segunda nota enviada pelo agente brasileiro, que comunicara a aclamação de dom Pedro como imperador. Ao próprio Correa da Câmara, que passara a intitular-se “cônsul e agente do Império do Brasil”, as respostas argentinas manteriam o tratamento prévio de “agente comercial do Reino do Brasil”.

A decisão de não se referir ao Brasil como Império ou a dom Pedro como imperador é, com efeito, perceptível em todas as notas enviadas por Rivadavia a Correa da Câmara até o fim da missão deste em Buenos Aires, em janeiro de 1823.²²

O motivo para tanto foi mesmo explicitado ao agente brasileiro: a questão da província Cisplatina (atual Uruguai), à época ocupada pelo Brasil, e que as Províncias Unidas do Rio da Prata consideravam sua por direito, constituía, para as autoridades argentinas, impeditivo ao estabelecimento de relações políticas bilaterais. O não cumprimento da “urgente justicia de la restitución”, que as Províncias Unidas julgavam devida, viria a frustrar todas as tentativas de Correa da Câmara de obter das autoridades de Buenos Aires o reconhecimento formal da independência do Brasil em 1822.²³

Em nota de 12 de novembro de 1822 ao chanceler brasileiro, o cônsul brasileiro queixava-se da “impossibilidade de dar às minhas comunicações, e aberturas em assuntos de tanto peso, o caráter diplomático que me falta”.²⁴

Em 18 de novembro, manifestou a José Bonifácio sua “certeza de que sairá no registro oficial [o *Diário Oficial* argentino] o reconhecimento formal da nossa bandeira, laço nacional e Império”; em 24 de novembro, voltou Correa da Câmara a expressar ao chanceler a convicção de que “[o] primeiro número a sair do registro oficial anunciará a ereção do Novo Império, e a aclamação gloriosa de Sua Majestade Imperial”.²⁵ Não se

22 ARGENTINA (1921), op. cit., pp. 157-174, notas 176 a 182, 189, 190 e 193 – esta última, de 16/1/1823.

23 *Ibidem*. Nota nº 179, pág. 158.

24 BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (1922) *Arquivo Diplomático da Independência*. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense. Representação brasileira no Prata – Correspondência Expedida, p. 276.

25 *Ibidem*, p. 280.

encontra, porém, menção no registro oficial argentino de 1822 ao reconhecimento do Império do Brasil ou a seu imperador.

Correa da Câmara registra sua insatisfação com a posição argentina em nota de 11 de janeiro de 1823 ao chanceler José Bonifácio, que assim se inicia: “Só verbalmente me será possível pôr Vossa Exce-lência ao conhecimento das minhas respostas às queixas veementes do senhor Rivadavia, a quem fiz ver quão pouco fundados eram os seus argumentos contra o atual governo do Brasil”. E conclui que “foi forçoso contentar-me com a promessa, que me deu, de responder às minhas três notas antes da minha partida”. Em 28 de janeiro de 1823, tendo já deixado Buenos Aires, a caminho do Brasil, Correa da Câmara escreveu que “nenhuma resposta” obtivera “do senhor Rivadavia, por motivos que verbalmente ter[ia] a honra de fazer constar” ao chanceler brasileiro.²⁶

A missão de Correa da Câmara a Buenos Aires em 1822 – cujos registros estiveram sempre bem preservados no Arquivo Histórico do Itamaraty – findou-se, portanto, em janeiro de 1823, sem que o enviado brasileiro tenha obtido o desejado reconhecimento político ou logrado estabelecer relações diplomáticas.

Será, porém, ao longo de 1823, por intermédio de uma missão de um enviado argentino – Valentín Gómez – ao Brasil, que se dará o primeiro reconhecimento diplomático do Brasil independente.

É em documentação referente a essa missão que se encontra nota do próprio Rivadavia ao ministro das Relações Exteriores brasileiro, com formalização explícita do reconhecimento do Brasil pela Argentina, em 25 de junho de 1823 – o primeiro reconhecimento internacional da independência do Brasil.

Já em maio de 1823, em mensagem ao Poder Legislativo em Buenos Aires com balanço sobre a política externa argentina, os “ministros encargados del poder ejecutivo, Bernardino Rivadavia y Manuel José García” regozijavam-se do “solemne reconocimiento” da independência das Províncias Unidas do Rio da Prata²⁷ pelos Estados Unidos da América, ocorrido no ano anterior, e, em seguida, anunciavam: “La emancipación del Brasil ha completado la independencia de nuestro continente. [...] Un

26 BRASIL (1922), op. cit. p. 291.

27 Até hoje, um dos nomes oficiais da Argentina, conforme o artigo 35 da Constituição do país: “Las denominaciones adoptadas sucesivamente desde 1810 hasta el presente, a saber: Provincias Unidas del Río de la Plata, República Argentina, Confederación Argentina, serán en adelante nombres oficiales indistintamente para la designación del Gobierno y territorio de las provincias, empleándose las palabras ‘Nación Argentina’ en la formación y sanción de las leyes.”

enviado está pronto a partir a la corte del Brasil, con el objeto de establecer las relaciones entre ambos gobiernos”.²⁸

O encarregado dessa que seria a primeira missão diplomática recebida no Rio de Janeiro após a declaração da independência do Brasil seria Valentín Gómez, presbítero nascido em Buenos Aires.

Por nota de 25 de junho de 1823, o chanceler Rivadavia passava a manos del S. D. Dr. D. Valentín Gómez la credencial que debe acreditarle en su Comisión cerca del Gabinete del Brasil.²⁹

Por nota anexa, datada do dia anterior, Rivadavia dava a Valentín Gómez as instruções que deveriam guiar sua missão em solo brasileiro. O enviado deveria “hacer entender” ao primeiro-ministro brasileiro que o governo argentino reconhece como sagrado el principio de que la legitimidad única de todo gobierno es el ser establecido por la voluntad libre de los pueblos que manda, sea cual fuese su forma; y como tal reconoce al Brasil.³⁰

Proseguía dizendo que o governo de Buenos Aires “ha considerado y considerará siempre como uno de los acontecimientos más felices la emancipación del Brasil de Portugal”.

Ainda com data de 25 de julho de 1823, assinou o ministro de Governo e de Relações Exteriores Bernardino Rivadavia a carta credencial de Valentín Gómez, dirigida ao chanceler brasileiro e catalogada nos arquivos históricos argentinos sob o seguinte título, e que assim se inicia:

N.º 251

Al Ministro de Estado y Relaciones Exteriores del Brasil, celebrando la independencia de su nación, y le anuncia el envío de la misión Valentín Gómez a fin de tratar definitivamente la evacuación de la Banda Oriental.

Buenos Aires, 25 de junio de 1823

Il.mo e Ex.mo Señor,

El Ministro de Gobierno y Relaciones Exteriores en el estado de Buenos Aires tiene el honor de dirigirse a S. E. el Excelentísimo Señor Ministro

28 Mabragna, H. Los mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación argentina, redactada cronológicamente por sus gobernantes, 1810-1910. Tomo I: 1810-1939. Mensaje de los ministros encargados del Poder Ejecutivo Bernardino Rivadavia y Manuel José García en 5 de mayo de 1823.

29 ARGENTINA (1921), op. cit., nota 249, p. 225.

30 ARGENTINA (1921), op. cit., nota 250, p. 226.

de Estado y Relaciones Exteriores del Gabinete del Brasil, haciéndole presente para que se digne elevarlo al conocimiento de su Gobierno. Que su Gobierno ha celebrado con la más plena satisfacción la Independencia del Brasil, y el establecimiento de un Gobierno que satisface sus necesidades, y más justos votos .

Prosseguia a carta com o anúncio de que o próprio ministro Rivadavia, “habilitado para administrar las relaciones exteriores de las Provincias Unidas”, decidira pelo envio ao Rio de Janeiro do “Dr. D. José Valentín Gómez, (...) plenamente autorizado e instruido para exponer al Señor Ministro de Estado y Relaciones Exteriores del Brasil y a su Gobierno los sentimientos del de este Estado”. Rogava, então, a seu destinatário que reconhecesse Valentín Gómez como comissionado e plenipotenciário, e que nessas condições lhe fossem outorgadas toda la fe y consideraciones que a su carácter corresponden conforme lo tiene establecido el derecho público de las Naciones; teniendo esta Nota por Credencial bastante y suficiente en toda forma para tratar y arreglar definitivamente los importantes objetos que motivan la misión del dicho Comisionado.³¹

Com essa carta, assinada por Bernardino Rivadavia e dirigida ao chanceler brasileiro, formalizava-se, em 25 de junho de 1823, o reconhecimento do Brasil independente pelo governo de Buenos Aires, em nome das Províncias Unidas do Rio da Prata – cuja própria independência havia sido declarada em 9 de julho de 1816 e reconhecida por Portugal em 1821 e pelos Estados Unidos da América em 1822.

Em 1º de agosto de 1823, já no Rio de Janeiro, o enviado argentino Valentín Gómez escreveria nota ao então chanceler brasileiro, anunciando que, tendo sido nomeado para

pasar a tratar con el Gobierno de Su Majestad Imperial en esta Corte del Brasil sobre negocios de la mayor importancia para ambos Estados, me apresuro a anunciar mi arribo a ella a Vuestra Excelencia, con el objeto de que, si es servido, me permita pasar personalmente a ofrecerle mis respetos y poner en sus manos las credenciales que acreditan el origen y objeto de mi misión así como las especiales facultades con que para el efecto he sido investido.³²

31 *Ibidem*, p. 233.

32 BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (1922). *Arquivo Diplomático da Independência*. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense. Representação Platina no Rio: Correspondências Trocadas. p. 335.

Em consonância com o reconhecimento formal concedido por Rivadavia dias antes, a nota de Valentín Gómez, como as que a ela se seguiram, referia-se enfim a dom Pedro por “Su Majestad Imperial”, e não mais por “Su Alteza Real”.

O chanceler brasileiro responderia em 4 de agosto, anunciando que receberia em sua residência o enviado argentino no dia seguinte, 5 de agosto de 1823, data em que Valentín Gómez apresentou ao chanceler brasileiro sua carta credencial, que continha a declaração de reconhecimento do Império do Brasil.³³

Em nota de 9 de agosto, seria informado a Valentín Gómez que na “segunda-feira, que se contam 11 do corrente mês, pelo meio-dia, poderá Vossa Mercê apresentar a Sua Majestade Imperial no Paço da Quinta da Boa Vista, como Vossa Mercê solicitara”.

Em 11 de agosto de 1823, como previsto, foi o enviado argentino Valentín Gómez recebido por dom Pedro I na residência oficial, conforme registrado em nota do chanceler brasileiro, de 22 de agosto, que relata que,

tendo sido o referido sr. comissário avisado por esta Secretaria de Estado para apresentar-se a Sua Majestade Imperial a 11 do corrente mês, logo posteriormente à entrega das suas credenciais no dia 5, foi este passo já uma prova da intenção do mesmo augusto senhor do quanto se acha propenso a cultivar a amizade e boa harmonia com o governo de Buenos Aires; que as credenciais que apresentara a este governo são consideradas legais e suficientes para poder iniciar as gestões correspondentes aos objetos da sua comissão; e que sendo uma consequência destas disposições o reconhecimento do caráter de que o senhor d. José Valentín Gómez foi investido pelas sobreditas credenciais, não põe o Governo Imperial a menor dúvida em reconhecê-lo por esta forma, e assim o manda significar, para que pelo competente Ministério se possam encetar as respectivas comunicações.³⁴

33 Como ocorre até hoje, a carta credencial de encarregado de Negócios era endereçada ao ministro do exterior ou equivalente, e não ao chefe de Estado; Valentín Gómez, assim, apresentou sua credencial ao titular da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, em 5 de agosto. O mesmo procedimento seguiu a acreditação, junto ao governo dos Estados Unidos, de Silvestre Rebello, no ano seguinte: foi apresentado ao presidente Monroe, em 26 de maio de 1824, dias após ter apresentado sua credencial ao secretário de Estado americano, John Quincy Adams.

34 BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (1922), op. cit., p. 336.

Estavam, desse modo, estabelecidas – desde 5 de agosto de 1823 – relações diplomáticas entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata.

O objetivo primordial da missão de Valentín Gómez, como deixa clara a própria credencial assinada por Rivadavia, era conseguir que o Brasil abrisse mão da Cisplatina. O objetivo não foi atingido, mas por pouco mais de dois anos, entre 1823 e 1825, Brasil e Argentina mantiveram relações diplomáticas – ainda que não necessariamente amistosas.

Em maio de 1825, meses antes do rompimento das relações diplomáticas pela Argentina, o governo brasileiro designou Antonio José Falcão da Frota como diplomata brasileiro em Buenos Aires. O brasileiro fora designado com o mesmo título – de “agente político do Império do Brasil”³⁵ – que o usado pelo diplomata brasileiro em Washington, José Silvestre Rebello, que nesse ínterim obtivera dos Estados Unidos, em maio de 1824, o reconhecimento da independência do Brasil – quase um ano após o Brasil ter sido oficialmente reconhecido pela Argentina.

Do mesmo modo que a missão do argentino Valentín Gómez ao Rio de Janeiro fracassara em seu objetivo principal – convencer o governo brasileiro a evacuar a Cisplatina –, a presença do brasileiro Falcão da Frota em Buenos Aires não teve sucesso em demover os argentinos de suas aspirações quanto àquele território. Em 25 de outubro de 1825, o Congresso em Buenos Aires proclamou a reintegração da Cisplatina às Províncias Unidas.

Ante a iminência da guerra, e com a crescente animosidade em Buenos Aires para com o Brasil e os brasileiros, Falcão da Frota escreveu em 28 de outubro de 1825 sua última nota daquela cidade, em que relatava que o Congresso portenho já se decidira pela guerra, e que se tratava agora apenas de decidir “se se declarar[ia]”, ou se enviariam tropas sem declaração alguma; e, exposto seu medo de sofrer agressões populares, das quais nem mesmo o “achar-se agora revestido do

35 *Diário Fluminense*, nº 120, de 1º de junho de 1825, pág. 480: “Havendo S. M. o Imperador nomeado ao capitão do Porto de Monte Video, Antonio José Falcão da Frota, para ir a Buenos Aires na qualidade de agente político deste Império junto àquele governo...”; nº 37, de 13 de agosto de 1825, pág. 146: “...que no dia 22 [de julho] fora reconhecido em Buenos Aires, como agente político do Império junto daquele governo, o capitão tenente Antonio José Falcão da Frota”; e nº 57, de 7 de setembro de 1825, p. 226, com transcrição de notas diplomáticas trocadas entre o agente e o “ministro secretário das Relações Exteriores” argentino, que o trata por “Senhor Cônsul, e Agente Político do Império do Brasil”.

mais elevado caráter diplomático” o poderia proteger, informava que deixava Buenos Aires em direção ao Brasil.³⁶

Em 4 de novembro de 1825, o governo argentino anunciou o rompimento das relações diplomáticas com o Império brasileiro. O Brasil declararia formalmente guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata, em 10 de dezembro de 1825.

Essa interrupção nas relações bilaterais não explica que se desconsidere o prévio estabelecimento de relações em favor do reconhecimento dado posteriormente por outras nações, como os Estados Unidos da América – uma vez que também as relações entre o Brasil e os Estados Unidos seriam rompidas em março de 1827, e retomadas apenas em dezembro de 1828.³⁷

Em termos práticos – e no que concernia aos interesses das autoridades argentinas –, a missão de Valentín Gómez ao Rio de Janeiro fracassou, não atingindo seu objetivo precípuo: o governo brasileiro não se mostrou disposto a sequer entabular negociações acerca da questão da Cisplatina. Em retrospectiva histórica, porém, a documentação preservada a ela referente constitui prova de que o governo de Buenos Aires reconheceu explícita e formalmente, em nome das Províncias Unidas do Rio da Prata, a independência do Brasil já em 1823 – antes, portanto, que os Estados Unidos da América, ou qualquer outro país.

O reconhecimento pelos Estados Unidos da América

Em 26 de maio de 1824 – quase um ano após ter dom Pedro I recebido o enviado argentino no Rio de Janeiro –, o presidente James Monroe recebeu em Washington o enviado brasileiro José Silvestre Rebello, reconhecendo, assim, a independência do Brasil em nome dos Estados Unidos da América.

É datada de 31 de janeiro de 1824 a carta credencial que acreditava

36 BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (1922). *Arquivo Diplomático da Independência*. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense. Representação Brasileira no Prata: Correspondência Expedida. p. 300-302.

37 Tampouco o fato de não ser ainda chamada “República Argentina” à época justificaria desconsiderar a primazia desse reconhecimento – não apenas porque o nome de então, “Províncias Unidas do Rio da Prata”, é até hoje um dos (três) nomes oficiais do país, mas também porque outros países, cujos reconhecimentos posteriores são recordados e celebrados, tiveram seus nomes oficiais alterados – como é o caso do Reino Unido (à época, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda), de Portugal (à época, também Reino) e da Áustria (à época, Império Austríaco) – além, é claro, das duas mudanças no nome do próprio Brasil desde então.

José Silvestre Rebello como encarregado de Negócios do Império do Brasil nos Estados Unidos. Do mesmo dia são datadas as instruções dadas ao diplomata:

Cuidará (...) – e como principal objeto da sua missão – em promover o reconhecimento solene e formal, por parte dos Estados Unidos, da independência, integridade e dinastia do Império do Brasil.

Fará ver, enfim, que os próprios interesses dos Estados Unidos exigem imperiosamente que não haja na América um só governo independente que não deva ser pelos outros apoiado e reconhecido. Para convencer esse governo do particular interesse que lhe resulta em reconhecer prontamente a nossa independência, bastará trazer à lembrança o que tantas vezes se tem dito e escrito sobre o perigo que corre a América, se na sua atual posição não concentrar-se em si mesma e reunir-se toda para opor uma barreira às injustas tentativas da velha e ambiciosa Europa. Fará ver particularmente neste caso, primeiro, a política da Grã-Bretanha, que parece querer tirar partido das disposições entre as metrópoles e suas colônias (...) Por outra parte, fará V. Mce. também ver com toda a clareza e franqueza a justiça dos motivos em que se funda a declaração da independência do Império do Brasil. (...) De todo o expendido, fica evidente que o governo dos Estados Unidos deve reconhecer a independência política do Império do Brasil, tanto por ser ele, em si, conforme com os princípios proclamados e seguidos por esse governo, como por assim o pedirem os seus próprios interesses comerciais e políticos; e como, finalmente, por ser a nossa independência firmada na justiça e nos direitos imprescritíveis do homem. (...) Comunicará regularmente a esse governo (...) todos os sucessos que forem ocorrendo neste país, ajuntando-lhes as suas observações e tudo quanto possa tender a apressar e promover o fim principal do reconhecimento, integridade e dinastia deste Império; confia S. M. I. tudo o mais do seu zelo, patriotismo e inteligência no desempenho de tão importante comissão. Palácio do Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1824.³⁸

38 BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (1922). *Arquivo Diplomático da Independência*. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense. Representação brasileira em Washington: Correspondência Recebida. p. 6-18.

Silvestre Rebello chegaria em Washington a 3 de abril de 1824. Lá se veria obrigado a aguardar quase dois meses sem ser reconhecido em sua condição de agente político, período no qual lhe foram feitas consultas acerca do processo de independência e da organização política do novo Império. Em 26 de maio, Silvestre Rebello foi finalmente recebido pelo presidente James Monroe.

Registrou o diplomata brasileiro:

Venho do palácio do presidente, na antessala do qual achei ao secretário de estado vestido muito simplesmente. Depois de uma pequena conversação, conduziu-me a outra sala, onde achei o presidente em pé e vestido de corte; feitas as cortesias, disse o secretário: *‘Aqui está M. Rebello, encarregado de Negócios do Imperador do Brasil’*.

Respondeu-me que os Estados Unidos conservariam sempre com o Brasil e com o meu soberano as melhores relações de amizade, e que o Brasil seria sempre tratado com toda a atenção. Agradei-lhe e protestei, da parte do governo do Brasil, amizade ingênua. Despedimo-nos, acompanhando-me o secretário até a segunda sala, onde me insinuou que lhe mandasse uma lista dos meus criados para ser entregue aos oficiais de justiça, a fim que gozem de todas as imunidades que o direito das gentes dá aos criados dos agentes estrangeiros. (...) Foi, pois, o Império do Brasil reconhecido por este governo no dia 59 depois que desembarquei em Baltimore. Dou a V. Exa. os parabéns e peço a V. Exa. que beije as mãos de S. M. o Imperador, em meu nome. Deus guarde a V. Exa. por muitos anos, como desejo. Washington, 26 de maio de 1824. José Silvestre Rebello.

Quase um ano após o reconhecimento oficial da independência brasileira pelo governo de Buenos Aires, com a consecutiva acreditação do enviado argentino junto ao governo brasileiro, os Estados Unidos da América se tornavam, assim, o segundo país a reconhecer o Brasil, e o primeiro a receber oficialmente um diplomata brasileiro.

Esse sucesso seria comemorado em despacho do então chanceler brasileiro, que congratulou Silvestre Rebello pelo feito e enfatizou ter sido o reconhecimento “mui útil conseguir-se, não só pelo proveito em

geral de já termos uma potência que nos reconhecesse, como pela força que semelhante reconhecimento dá às nossas negociações na Europa”.³⁹

O reconhecimento pelo Império do Benim

Ao reconhecimento pelos EUA, em maio de 1824, seguir-se-ia outro – que acabaria, porém, quase tanto quanto o reconhecimento argentino, praticamente esquecido pela historiografia tradicional acerca dos primeiros contatos internacionais do Brasil independente.

Em julho de 1824, desembarcou no Rio de Janeiro um embaixador do imperador Osemwende, do Benim, soberano sobre outros reis africanos da região da atual Nigéria. O embaixador beninês foi recebido por dom Pedro I na residência imperial, e a ele apresentou carta credencial.⁴⁰

Referências à existência de embaixadas africanas no Brasil imperial podem resultar surpreendentes, por contrastarem com a abordagem de grande parte da historiografia tradicional, para a qual a história do continente africano se inicia com a “partilha da África” entre as potências coloniais europeias – episódio que, antes que o início, constituiu na verdade o fim, ou a interrupção, de séculos de história soberana dos povos do continente.

Séculos antes da ocupação e da colonização pelos europeus, a África viu florescerem sociedades organizadas e complexas, muitas das quais com papel ativo no comércio intercontinental, e vários desses reinos africanos pré-coloniais chegaram mesmo a enviar embaixadores à América e à Europa.

O Reino do Congo (na atual República de Angola), por exemplo, enviou já no século XVI embaixadores às cortes de Portugal e Holanda e ao Vaticano, onde os diplomatas africanos foram recebidos com o tratamento então devido a enviados estrangeiros.⁴¹

No século XVII e no início do XVIII, estiveram no Brasil colônia

39 Fundação Alexandre de Gusmão (2009). *Brasil–Estados Unidos, 1824-1829*. Brasília: FUNAG. p. 11.

40 BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (1824). Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro). Maço 273/1/13, pasta 6 – Missões Especiais estrangeiras diversas: África, Argentina e Bolívia; e UK, Public Record Office, Foreign Office (1825). Henry Chamberlain para George Canning, Rio de Janeiro, 29/1/1825, v. 8, folhas 109r-110r. Cópia do documento foi-me gentilmente encaminhada por Hendrik Kraay, brasileiro e professor do Departamento de História e Ciência Política da Universidade de Calgary, a quem muito agradeço.

41 Heywood, Linda M.; Thornton, John K. (2007). *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*. Cambridge University Press.

embaixadores de reinos africanos que mantinham importante fluxo comercial com o Brasil e com a Europa – o Reino do Daomé (correspondente à atual República do Benim) e o Reino de Lagos, vassalo do Império do Benim (que corresponde à atual Nigéria).⁴²

O Império do Benim – centrado na atual Benin City, cidade no interior da Nigéria, e com soberania sobre Lagos, hoje maior cidade nigeriana – viria a ser o autor do terceiro reconhecimento diplomático da independência do Brasil, após apenas os dos governos de Buenos Aires e de Washington.⁴³

O embaixador do Império do Benim e sua comitiva chegaram ao Rio de Janeiro no dia 1º de julho de 1824, a bordo da fragata imperial *Mariana*. A chegada do embaixador foi anunciada pelo *Diário do Rio de Janeiro* e pelo *Diário do Governo do Império do Brasil*.⁴⁴

Dias mais tarde, em 20 de julho de 1824, foi o embaixador africano recebido por dom Pedro I no imperial Paço da Quinta da Boa Vista. A 26 de julho, por nota enviada ao embaixador, o então chanceler Luiz José de Carvalho e Mello transmite a notícia de que dom Pedro mandara o “Tesouro Público” pagar 1600 réis diários ao embaixador, para seu sustento enquanto permanecesse na corte; a quantia foi paga diariamente ao embaixador até 17 de agosto seguinte.⁴⁵

Em que pesem os registros existentes acerca da missão, nenhuma menção ao embaixador africano foi incluída no *Arquivo Diplomático da Independência*, publicado em 1922 e republicado no sesquicentenário da Independência.

Conclusões

É evidente o contraste entre o tratamento dado pela historiografia tradicional da independência do Brasil aos reconhecimentos feitos por

42 Apesar de compartilharem o nome (que é também o da baía que banha ambos), o antigo Império do Benim (situado no que é hoje a Nigéria) nada tem a ver com a atual República do Benim (à época, Reino do Daomé). Embora o atual Benim (antigo Daomé) também tenha com o Brasil uma relação que remonta a mesmo antes da independência brasileira, com a vinda de embaixadores daomeanos ao Brasil nos séculos XVII e XVIII, é ao antigo Império do Benim (na atual Nigéria) que cabe o título de primeira monarquia a reconhecer oficialmente o Brasil independente, em 1824.

43 O embaixador do Benim, Manoel Alves Lima, transmitiu o reconhecimento também em nome dos “demais reis africanos” – subentendidos os vassalos de Osemwende; especificamente, fez várias referências ao rei de Lagos, Oshinlokun Ajan, a quem o mesmo Alves Lima já servira anos antes como enviado, antes de passar a usar o título de embaixador do próprio imperador.

44 *Diário do Rio de Janeiro*, 3/7/1824, p. 12; e *Diário Fluminense*, nº 4, de 5/7/1824, p. 20.

45 BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (1824). Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro). Maço 273/1/13, pasta 6 – Missões Especiais estrangeiras diversas: África, Argentina e Bolívia.

Buenos Aires e pelo Benim, de um lado, e, de outro lado, ao reconhecimento por Washington, ocorrido cronologicamente entre aqueles dois.

Esse relativo descaso encontra paralelo no desinteresse demonstrado ante oferta do México de reconhecer o Brasil ainda em 1824, acerca da qual também encontrei documentação durante a pesquisa às primeiras comunicações recebidas e enviadas por diplomatas brasileiros.

Em 8 de agosto de 1824, o ministro plenipotenciário do México – país cuja independência fora reconhecida oficialmente pelos EUA em 1822 – em Londres escreveu a seu homólogo brasileiro manifestando interesse de seu governo em estabelecer relações diplomáticas com o Brasil.

A seu homólogo mexicano, respondeu o enviado brasileiro que “S. M. L’Empereur du Brésil, notre Auguste Maître, nous a autorisé à traiter uniquement avec les Gouvernements européens”, e que lamentava assim que os seus “pleins-pouvoirs ne nous permettent pas de donner suite à l’ouverture que vous venez de nous faire.”⁴⁶

Em contraste com os esforços sabidamente empenhados para estabelecer quanto antes possível relações diplomáticas com os EUA e países europeus, apenas em 1830 o Brasil estabeleceria formalmente relações com o México.⁴⁷

É notável ainda que a tradicional linha do tempo do reconhecimento da independência brasileira costume passar, do reconhecimento pelos Estados Unidos, em maio de 1824, diretamente para o reconhecimento por Portugal, em agosto de 1825, e então para os demais reconhecimentos por potências europeias nesse ano e nos seguintes.

Dessa forma, tampouco são mencionados a Colômbia e o Peru, ou o Chile e o Paraguai – países que também enviaram encarregados de Negócios ao Brasil ou para os quais se designaram enviados diplomáticos brasileiros em 1824 e 1825, conforme expedientes e notícias encontrados ao longo da elaboração do presente artigo – e que, de modo a trazer à luz, incluo na cronologia anexa.

Hoje, porém, não há como ignorar o simbolismo no fato de, antes de qualquer corte europeia, terem sido africanas as primeiras monarquias a reconhecer a independência do Brasil.

46 “Sua Majestade o Imperador do Brasil, nosso Augusto Mestre, autorizou-nos a tratar unicamente com os governos europeus”, e que lamentava que os seus “plenos-poderes não nos possibilitam dar seguimento à abertura que nos acaba de fazer”. Em: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (1922). *Arquivo Diplomático da Independência*. Volume 5. Representação brasileira em Londres: Correspondência Expedida. Pp. 98-99.

47 MÉXICO, Secretaría de Relaciones Exteriores (2003). *Manual de Organización de la Embajada de México en Brasil*, pág. 3.

O papel dos Estados Unidos da América no reconhecimento do Brasil não resulta em nada menor – foi, como corretamente se estimou à época, fundamental para a obtenção do reconhecimento pela antiga metrópole. Foram, ainda, o primeiro país a receber oficialmente e acreditar um diplomata do Brasil independente.

À luz, porém, da documentação agora recuperada, não cabe dúvida quanto à primazia que teve o governo de Buenos Aires no reconhecimento da independência do Brasil – reconhecimento que se reveste de simbolismo ainda maior quando se recorda que, em 1821, o governo instalado no Rio de Janeiro – à época, capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – fora pioneiro no reconhecimento da independência argentina.⁴⁸

Hoje é possível afirmar, com provas históricas, portanto, que, por afortunada coincidência histórica, do mesmo modo que partiu do Rio de Janeiro o primeiro reconhecimento oficial da independência argentina, foi de Buenos Aires que veio o primeiro reconhecimento da independência do Brasil.



48 Existe versão segundo a qual o navegador franco-argentino Hipólito Bouchard, ao chegar ao Havaí em 1818 – à época, um reino independente – e ser recebido pelo rei havaiano, Kamehameha, teria obtido o primeiro reconhecimento tácito da independência argentina. Hodiernamente, circulam na internet menções a que, na ocasião, o rei havaiano teria mesmo assinado um tratado pelo qual teria reconhecido a independência das Províncias Unidas. Desconhece-se, porém, a existência de tal declaração escrita, nem o próprio Bouchard faz referência ao suposto reconhecimento em suas memórias ou no diário de bordo da missão, de modo que a quase totalidade dos acadêmicos e historiadores argentinos mantém a afirmação de que a primeira declaração formal do reconhecimento da independência argentina foi aquela feita por dom João VI no Rio de Janeiro, em 15 de abril de 1821.

Cronologia dos eventos referidos no artigo e eventos conexos

- 15/04/1821: O governo do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sediado no Rio de Janeiro, reconhece a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina).
- 26/04/1821: Dom João VI deixa o Brasil; a corte e sede do Reino Unido são trasladadas a Lisboa.
- 09/01/1822: Dia do Fico: príncipe regente d. Pedro I manifesta sua intenção de permanecer no Brasil, contrariando pressões das cortes de Lisboa.
- 12/10/1822: Dom Pedro I é aclamado imperador do Brasil.
- 25/06/1823: Argentina reconhece o Brasil. por nota de Bernardino Rivadavia, o governo de Buenos Aires, habilitado para gerir as relações exteriores das Províncias Unidas do Rio da Prata, reconhece a independência do Brasil.
- 05/08/1823: Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Argentina. O enviado argentino Valentín Gómez apresenta ao chanceler brasileiro a carta credencial pela qual a Argentina reconhece a independência do Brasil.
- 25/05/1824: Por nota, secretário de Estado dos EUA informa a Silvestre Rebello que o brasileiro seria apresentado no dia seguinte, em sua qualidade de encarregado de Negócios do Brasil, ao presidente Monroe.
- 26/05/1824: EUA reconhecem o Brasil; os Estados Unidos são o primeiro país a receber formalmente um diplomata brasileiro.
- 01/07/1824: Chega ao porto do Rio de Janeiro um embaixador do Império do Benim.
- 20/07/1824: Dom Pedro I recebe o embaixador do Benim na residência oficial.
- 26/07/1824: Chanceler brasileiro envia nota ao embaixador do Benim, comunicando que o Imperador mandara o Tesouro Público pagar 1600 réis diários ao embaixador enquanto permanecesse na Corte. O pagamento seria feito até 17/08/1824.
- 08/08/1824: Nota do ministro plenipotenciário do México em Londres a seu homólogo brasileiro com proposta de mútuo reconhecimento da independência e de estabelecimento de relações entre Brasil e México. O plenipotenciário brasileiro responde não ter instruções para comunicar-se com diplomatas não europeus. Relações diplomáticas entre Brasil e México só seriam estabelecidas em 1830.

- 22/06/1825: Antonio José Falcão da Frota é reconhecido em Buenos Aires como agente político do Império do Brasil.
- 29/08/1825: Portugal reconhece a independência do Brasil.
- 18/10/1825: Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda reconhece a independência do Brasil.
- 26/10/1825: França reconhece a independência do Brasil.
- 25/10/1825: Congresso argentino proclama a reintegração da Cisplatina.
- 28/10/1825: Ante a iminência da guerra entre Brasil e Argentina, Antonio José Falcão da Frota deixa Buenos Aires.
- 04/11/1825: Argentina rompe relações diplomáticas com o Brasil.
- 10/12/1825: Com conflito já deflagrado na Cisplatina, dom Pedro I declara guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata.
- 30/12/1825: Império austríaco reconhece a independência do Brasil.
- 05/01/1826: Suécia reconhece a independência do Brasil.
- 22/01/1826: Antonio José Falcão da Frota é nomeado encarregado de Negócios junto ao supremo governo do Chile.
- 23/01/1826: A Santa Sé reconhece a independência do Brasil.
- 30/01/1826: Suíça reconhece a independência do Brasil.
- 15/02/1826: Países Baixos reconhecem a independência do Brasil.
- 27/02/1826 Dinamarca reconhece a independência do Brasil.
- 02/06/1826: Colômbia anuncia envio de ministro plenipotenciário designado junto à corte brasileira.
- 10/08/1826: Foi recebido na corte do Rio de Janeiro José Domingos Cáceres, com credenciais de “cônsul – geral e encarregado dos Negócios do Peru”.
- 25/03/2005: Brasil estabelece relações com a União das Comores.
- 21/09/2009: Brasil estabelece relações com o Reino do Butão.
- 27/04/2010: Brasil estabelece relações com a República Centro-Africana.
- 03/12/2010: Brasil reconhece diplomaticamente, como país soberano, o Estado da Palestina. O reconhecimento pelo Brasil daria início a uma sequência de reconhecimentos – apenas nos três meses que se seguiram ao reconhecimento pelo Brasil, o Estado da Palestina recebeu o mesmo número de reconhecimentos que recebera em toda a década anterior; no ano seguinte ao reconhecimento pelo Brasil, a Palestina é aceita como país – membro da UNESCO; um ano depois, a Assembleia Geral da ONU reconhece o Estado da Palestina, como Estado observador.
- 09/07/2011: Brasil estabelece relações com o Sudão do Sul.
- 21/12/2011: Brasil estabelece relações com o Reino de Tonga; Brasil

passa a ser, ao lado da Índia, um dos dois únicos países com relações diplomáticas estabelecidas com todo os demais países – entre membros e observadores – da ONU.

- 21/08/2015: Brasil estabelece relações com as Ilhas Cook, um dos dois países – não membros (ao lado de Niue) reconhecidos pela ONU.⁴⁹

- 02/09/2016: Brasil estabelece relações com Niue. Dos 193 países – membros, dois países observadores (Santa Sé/Vaticano e Estado da Palestina) e dois países – não membros da ONU (Niue e Ilhas Cook), o Brasil passa a ser, juntamente com a Índia, um dos dois únicos países a manter relações diplomáticas com todos os demais. Se considerada ainda a Ordem Soberana de Malta, o Brasil é o único, desses 198 atores soberanos, que tem relações diplomáticas bilaterais com todos os demais.⁵⁰

49 V. nota de rodapé 1, na primeira página do artigo.

50 V. nota de rodapé 3, na primeira página do artigo.